

LEMBRANÇAS DE UM TEMPO QUE SE FOI? EXPERIÊNCIAS, LUTAS POR DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES RESIDENTES NOS JARDINS PANORAMA E AMÉRICA DE TOLEDO (PR) NA DÉCADA DE 1980.

Jiani Fernando Langaro¹

RESUMO: O texto problematiza as memórias e experiências de trabalhadores do município de Toledo (PR), partícipes de movimentos sociais de bairro realizados na década de 1980, os quais reivindicavam melhorias na infraestrutura urbana, tais como instalação de redes de água e energia elétrica, asfalto e transporte coletivo. Tais movimentos relacionaram-se de forma muito íntima com o poder público municipal do período, que instituiu políticas para fomentar o diálogo e incentivar a institucionalização de associações de moradores, tornando-se comum entender a criação de tais organizações comunitárias como mero resultado das ações oficiais da prefeitura municipal. Diante disso, procura-se evidenciar o caráter de sujeito histórico dos homens e mulheres que se envolveram naqueles movimentos, problematizando as trajetórias, os aprendizados e significados que eles imprimiram àquelas lutas em suas memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História oral. Oeste do Paraná.

ABSTRACT: The text problematizes the memories and experiences of workers from the city of Toledo – PR, which were part of social movements in their neighborhood held during the 1980s. The

¹ Docente do curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados. (UFGD) Bacharel e licenciado em História - UNIOESTE. Mestre em História Social - UFU e Doutor - PUC - SP. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Trabalho e cidade - NUPEHCIT.

workers claimed for urban infrastructure improvements, like the installation of waterworks, energy, asphalt and public transport. Such movements were closely related in a very intimate way with the municipal government of the period, that founded politics to promote the dialogue and encourage the institutionalization of neighborhood associations, facilitating to understand the creation of such communitarian organizations as a mere result of the city council official acts. Before it, it's necessary to point out the character of historical subject of men and women that were involved in those movements, problematizing track records, learning and meanings of those fights, printed on their memories.

KEYWORDS: Memory. Oral History. West Parana.

Neste texto, discutimos experiências de trabalhadores de Toledo,² município do estado do Paraná, que se envolveram em movimentos de luta por melhorias na infraestrutura urbana da cidade, na década de 1980. Desde a década anterior, o local passava por profundas transformações socioeconômicas, deixando de ser um pequeno núcleo urbano voltado ao atendimento das necessidades de uma população rural majoritariamente minifundiária e praticante de uma agricultura familiar, voltada à subsistência, para se tornar uma cidade agroindustrial, com uma população composta por uma maioria de operários.

Diversos foram os fatores responsáveis por essas transformações, entre eles, as tecnologias que passaram a ser aplicadas no campo, com a introdução de máquinas e agrotóxicos,

² Toledo é um dos municípios que compõem a mesorregião do Oeste Paranaense. Em 2010, possuía 119.353 habitantes, sendo a terceira maior cidade da região, destacando-se economicamente como polo industrial, principalmente na área agroindustrial e alimentícia. As populações rurais e os trabalhadores urbanos são presença marcante nessa sociedade. Sobre os dados populacionais, ver: INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno estatístico*: município de Toledo. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85900>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

que reduziram a demanda por trabalhadores rurais e inviabilizaram a produção em pequenas propriedades.³ Paralelamente, houve a ampliação do parque agroindustrial da cidade – principalmente das fábricas pertencentes ao grupo Sadia⁴ –, que tornou o município um lugar atraente às populações que deixavam o campo, por apresentar uma alternativa ao desemprego.

Nesse momento, cresceram as regiões periféricas da cidade, com a formação de novos bairros, alguns oriundos da iniciativa de imobiliárias privadas ou mesmo de proprietários de chácaras, que as parcelaram em lotes urbanos. Como parte desse processo, criaram-se locais de moradia precária, sem benfeitorias – como redes de água e energia e ruas asfaltadas – e, em alguns casos, permanecia a própria legalidade dos terrenos pendente, pois foram adquiridos em loteamentos feitos em áreas de *posses*.

Para esses locais, afluíram muitas das populações rurais que deixavam o campo em busca de emprego na cidade. Se, para elas, obter um terreno onde edificar a moradia já era um grande desafio – e, ao mesmo tempo, uma grande conquista –, havia ainda todo um quadro de dificuldades a serem superadas. Para obter a infraestrutura urbana de que tais locais eram carentes, essas pessoas empreenderam uma série de mobilizações, principalmente na década de 1980.⁵

A grande importância dos movimentos sociais desenvolvidos no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 foi tratada por Eder

³ A esse respeito ver: SCHLOSSER, Marli T. S. A máquina, a modernização e a exclusão: reflexões sobre a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon/PR, v. 5/6, p. 93-129, 2003/2004; SCHLOSSER, Marli T. S. Modernização agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região oeste do Paraná (1966-1980). In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Espaços da memória*.fronteira. Cascavel,PR: Edunioeste, 2000. p. 67-78.

⁴ A Sadia – atualmente BRF, Brasil Foods (originada da fusão entre aquela empresa e a Perdigão) – está instalada em Toledo desde a década de 1960 e até hoje é a principal empregadora da população do lugar.

⁵ Sobre as transformações sociais ocorridas na cidade entre as décadas de 1970 e 1980, ver: SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, trabalho e poder*. a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Toledo: Toledo, 1997.

Sader, o qual entende que desempenharam papel fundamental na redemocratização brasileira, acelerando a crise que culminou com o fim da ditadura e, como afirma o autor, “os movimentos alargaram as fronteiras da política”,⁶ levando-a para outras esferas do vivido, pois “apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana”.⁷ Assim, os movimentos sociais assinalaram a participação direta dos trabalhadores na vida política do país, tendo eles chegado – nos casos estudados pelo autor, em São Paulo – a elaborar um projeto alternativo de transformação social, todavia, derrotado nas disputas políticas que resultaram na *redemocratização*.⁸

Como resultado desse processo, no fim da década de 1980 – quando Sader publicou sua obra – já se verificava um outro movimento em curso:

Hoje, quando a transição política do país se consuma, o que era promessa tornou-se história. As questões postas se resolveram de algum modo. Difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade, foram recolhidas e elaboradas de outro modo pela Aliança Democrática que constituiu a chamada “Nova República”. Já a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB, um aparelho de Estado transformado começou a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica. Não cabe aqui a análise desse novo regime e das contradições que ele implica entre a preservação de um sistema autoritário e a liberalização havida; entre a proclamação dos objetivos de justiça social e a hegemonia do grande capital, que acarreta uma política de sacrifícios para os trabalhadores. Basta dizer que, de um modo ou de outro, este projeto foi vitorioso nas batalhas políticas decisivas entre 1982 e 1984.⁹

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 314.

⁷ *Ibid.*, p. 313-314.

⁸ *Ibid.*, p. 314.

⁹ *Ibid.*, p. 314.

A conciliação entre capital e trabalho – com sacrifícios para este – foi o projeto vencedor desse período, dele emergindo uma nova forma de fazer política no âmbito oficial, ou seja, incorporando demandas dos trabalhadores, trazendo suas lutas para a arena oficial. Neste trabalho, estudamos lutas por direitos organizados dentro dessa experiência histórica, em que movimentos populares interagiram e passaram a ocupar lugar nas políticas públicas municipais.

Essas lutas por direitos diferem da maioria dos movimentos sociais empreendidos no Brasil no período, que foram estudados pela historiografia que trata do tema, os quais prezavam por autonomia ante o Estado, além de se voltar para a luta pelo acesso à moradia ou à terra e empreendiam ocupações de áreas não produtivas.¹⁰ Em Toledo, encontramos movimentos em que a principal demanda não era o acesso à moradia e ao solo urbano, mas a construção de benfeitorias e demais investimentos públicos nas regiões periféricas da cidade, bem como pela participação dessas populações nas políticas públicas, reivindicando, dessa forma, o direito à própria cidade e à cidadania, entendida como participação ativa nas instâncias decisórias da vida política e social.

Buscamos, assim, lançar luz sobre experiências e mobilizações de trabalhadores que viveram esse momento histórico no interior do país, instigados por Déa Ribeiro Fenelon, a qual chama a atenção para:

a importância de se identificar, para além dos grandes centros urbanos ou dos pólos considerados vanguarda da classe trabalhadora e daí merecedores de destaque exclusivo na construção das tipologias de lutas do período, alguns indícios importantes, para descobrir em lugares tão distantes e tão diversos, reflexões sobre momentos, lutas e ações tão significativas quanto

¹⁰ Um trabalho significativo dentro dessa perspectiva é de João Carlos dos Santos, que estuda movimentos de ocupação de áreas urbanas na zona leste de São Paulo, os quais resultaram na construção de novos bairros, na década de 1980. In: SOUZA. João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: Educ, 1995.

aquelas, onde o movimento social foi demarcado e esquadrinhado em vários estudos, livros e teses.¹¹

Nossas pretensões voltam-se para o estudo de movimentos desenvolvidos em Toledo, a fim de evidenciar a diversidade existente nessas organizações populares que pontuaram o Brasil no período estudado. Partimos, assim, em busca de suas especificidades, mas também daquilo que foi compartilhado com os demais trabalhadores do país, compondo uma experiência comum.

Inquietamo-nos com o fato de que, a despeito de organização popular de muitos dos movimentos locais que marcaram esse período, realizada com o auxílio da Pastoral Operária da Igreja Católica,¹² a atuação deles costuma ser lembrada como parte das políticas públicas efetivadas pela gestão municipal *Toledo: comunidade no poder* (1983-1988), do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que tinha como meta o diálogo com os setores mobilizados da sociedade – reforçando o enredo de que aquele era um tempo democrático, em que as *portas* da prefeitura municipal *abriram-se* para o *povo*, seguindo propostas nacionais e estaduais, adotadas por aquele partido.

Elementos dessa ordem foram muito veiculados pela imprensa local na época, como é perceptível na revista *Recado*, uma publicação sem periodicidade fixa, pertencente a um dos grupos empresariais favoráveis ao governo municipal do período, e que consistia em um caderno sobre o município, com sínteses históricas, dados estatísticos, informações sobre aspectos físicos do território municipal, economia, urbanismo, educação, cultura, entre outros. A edição publicada em 1984¹³ contava com a colaboração de Oscar Silva e Edílio Ferreira, articulistas da imprensa e militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), legenda que integrava a gestão *Toledo: comunidade no poder*.

¹¹ FENELON, Dea Ribeiro. Apresentação. In: *Os “sem gabarito”*: experiência de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000. p. 11.

¹² Sobre as transformações sociais ocorridas na cidade entre as décadas de 1970 e 1980, ver SCHREINER, 1997.

¹³ RECADO. Toledo, n. 7, ano XII, 7 jul. 1984.

Edílio Ferreira – que, no momento, ocupava o cargo de diretor da *Assessoria Técnico-Legislativa* da prefeitura municipal, cuja função era auxiliar na elaboração de projetos *inovadores* de gestão do município¹⁴– redigiu o texto final dessa edição da revista *Recado*, intitulado “Papo final: um tempo novo para Toledo”. Ocupando toda a última página da revista, a matéria entendia a gestão *Toledo: comunidade no poder* como um marco de ruptura com o processo político existente até então na cidade:

Toledo, à medida em que seu nome é manchete dos grandes órgãos da imprensa nacional por sua experiência de repulsa à recessão, adquire, em maior dimensão, a responsabilidade de provar que é possível governar, democraticamente, no atendimento às prioridades reclamadas pela maioria da sua população. Democracia é fazer valer a vontade das maiorias, sem impedir que as minorias tenham, também, o direito de participar.

O que mais sobressai no Governo “Toledo: Comunidade no Poder” não são as obras faraônicas. O que mais lhe mostra o caráter democrático é o compromisso de resgatar a dívida social com sua população.

Não são as centenas de pontes e bueiros construídos, a sede da Prefeitura inaugurada, as obras de infra-estrutura em bairros da periferia da cidade, a construção do Terminal Rodoviário, dezenas de salas de aula edificadas que dão, em si, a razão da administração Corazza Neto. O que dá significado político ao governo democrático de Toledo é sua identificação com diretrizes sociais que elegeram a educação, a saúde pública e o emprego pleno como prioridades inegociáveis.¹⁵

O autor destaca o que seria o *sucesso* daquela gestão ao enfrentar a recessão que marcou o fim da década de 1970 e a de 1980, apontando para notícias veiculadas nacionalmente, as

¹⁴ SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. p. 364.

¹⁵ FERREIRA, Edílio. Papo final: um tempo novo para Toledo. *Recado*, Toledo, n. 7, ano XII, p. 46, 7 jul. 1984. Papo final. (grifos do autor).

quais seriam um atestado de eficiência administrativa. Também cita as ações realizadas na área social – consideradas como prioritárias –, sem deixar de frisar as obras de infraestrutura – tão caras aos governos militares de outrora – e, entre elas, as benfeitorias construídas nas áreas periféricas da cidade. Por meio do texto, instituía memórias¹⁶ em que tais obras passaram a figurar apenas como resultantes das ações do então governo municipal, silenciando-se sobre as ações dos moradores dos bairros e de suas lutas por aquelas benfeitorias.

Nessa mesma edição, Oscar Silva propunha uma compreensão para o processo que vinha ocorrendo na cidade, em um texto com o significativo título “Um mutirão em marcha”, no qual o autor se dedica a discutir o ideal comunitário que teria tomado conta de Toledo, adotando, como enredo de sua narrativa, o *mutirão*, forma de trabalho coletivo do campo, muito comum antes da mecanização agrícola:

[O mutirão] É uma das raras oportunidades, em que o ser humano manifesta, de modo o mais espontâneo e sublime possível, a solidariedade na luta de seu semelhante. A iniciativa pode ser de um líder qualquer, do próprio interessado na ajuda, ou pode acontecer que, numa espécie de sentido em cadeia, essa iniciativa parta simultaneamente de alguns elementos do conjunto e este já apareça atuando em forma de *mutirão*.

Com a evolução da vida socioeconômica, o mutirão já vem atingindo no Brasil as cidades onde chega nas costas ou mesmo na alma do rurícola vítima do desajuste que o fez trocar a terra pelo asfalto. E já é através do mutirão que algumas vias públicas se tornam limpas e arejadas, muitos galpões se transformam em salas de aula e muitas vilas chegam à própria condição de cidades.

.....

¹⁶ Sobre a imprensa como meio instituinte de memórias, ver: MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

De alguns anos para cá, mais se tem acentuado o espírito de mutirão nas atividades toledanas. Ande-se por aí bairro a bairro, rua a rua, logradouro a logradouro, chácara a chácara; observe-se o número de construções em nossa urbe; o número de hortas e de lotes urbanos cultivados; converse-se com toledanos e toledanas entregues à faina do nosso dia-a-dia; somem-se todas essas conversas e observações, procure-se descobrir a alegria e a confiança de nossa gente no destino da comunidade e chegar-se-a [sic] à dedução de que Toledo vive em regime de permanente mutirão ou de um mutirão em marcha.¹⁷

Na visão de Silva, Toledo teria se tornado um *grande mutirão*, seguindo uma tendência presente em diversos lugares do Brasil, de utilizar trabalho coletivo e combinar ações oficiais com iniciativas de moradores para realizar obras públicas, resultando na confluência de interesses e ações do governo municipal e da sociedade. Todavia, reservava ao poder público o papel de protagonista – embora não de sujeito único – do processo, entendendo-o como o agente mobilizador da população e responsável por reacender uma espécie de *espírito comunitário* que havia se perdido no processo de transformação que marcou a cidade e a região entre as décadas de 1970 e 1980.

Dessa maneira, as ações dos sujeitos que atuaram nessa época – principalmente aqueles que integraram os movimentos sociais de bairros – foram obscurecidas ao serem tratadas apenas como parte das políticas públicas da gestão municipal *Toledo, comunidade no poder*. De fato, houve uma participação desses movimentos – via associação de moradores – nas gestões municipais de 1983 a 1992.¹⁸ De acordo com Schreiner, nos bairros, essas associações receberam barracões para a realização de atividades comunitárias, enquanto, na zona rural, administravam também máquinas e implementos agrícolas,¹⁹

¹⁷ SILVA, Oscar. Um mutirão em marcha. *Recado*, Toledo, n. 7, ano XII, p. 25, 7 jul. 1984. Economia. (grifos e acréscimos do autor).

¹⁸ SCHREINER, 1997, p. 153.

¹⁹ *Ibid.*, p. 152.

sendo que, em cada associação, havia um responsável remunerado pela prefeitura municipal.²⁰ Isso sinaliza para a incorporação dessas pessoas às estruturas administrativas do governo local, embora tal questão não os anule como sujeitos históricos.

Na pesquisa realizada, constatamos associações de bairro que surgiram de iniciativas populares – e não daquelas do governo municipal –, sendo sua institucionalização no formato proposto pela prefeitura – bem como a participação dessas entidades nas gestões municipais das décadas de 1980 e 1990 – apenas parte da experiência social dos sujeitos que atuaram em tais organizações. Ou seja, para além do aspecto burocrático das associações, houve uma mobilização efetiva dos trabalhadores que moravam nos bairros periféricos da cidade, cuja experiência foi mais ampla que o aspecto institucional daquelas entidades.

Nossa perspectiva, portanto, é problematizar as formas como esses trabalhadores experimentaram os processos de mobilização e lutas por direitos e, utilizando-nos de fontes orais, abordaremos como eles lembram e narram tais experiências. Analisamos como suas memórias (re)constroem os momentos de luta por direitos e trazem para as narrativas não apenas as relações estabelecidas com o poder público, mas também outros marcos e temporalidades constituintes dos movimentos de bairros, além de eles observarem essas organizações de outro lugar social,²¹ que não o da política institucional da cidade.

Tratamos, portanto, desses movimentos de luta e reivindicação por melhorias nos bairros de Toledo – bem como o caminhar deles para a constituição de associações de moradores partícipes de políticas públicas municipais –, a partir da *experiência* dos trabalhadores que tomaram parte nessas ações, dentro da compreensão de E. P. Thompson, de que a realidade vivida pelas pessoas não as determina, pois elas leem o mundo a sua

²⁰ *Ibid.*, p. 152.

²¹ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2007. p. 22.

volta, interpretam-no, e então agem sobre ele.²² Interessam-nos entender, portanto, como homens e mulheres de Toledo que, em sua maioria, deixaram o campo para se dirigir à cidade, eram membros da classe trabalhadora que atuava em serviços braçais – principalmente nas indústrias da cidade –, *experimentaram* o processo de organização e de reivindicação de direitos, como trataram essas questões em suas consciências e em sua cultura²³ – entendida aqui como maneiras de viver²⁴ – e como lembram dessas experiências no presente, depois de transcorridos, aproximadamente, vinte anos.

Para conseguirmos dar conta desses objetivos, abordamos os movimentos dos bairros Jardim Panorama e Jardim América, ambos situados em regiões periféricas da cidade. Nesses locais, também houve a experiência de institucionalização dos movimentos sociais e de participação nas gestões municipais, com a criação de associações de bairro para fazer representar os moradores junto ao poder público local. Tomamos como foco de análise três narrativas orais de trabalhadores – Gentil, Cida e Amarantino –, que, de diferentes maneiras, envolveram-se com as mobilizações e entidades foco deste trabalho.

Como nossas atenções dirigem-se ao pulsar humano, presente nas mobilizações estudadas, e às formas de pensar e agir que permearam a participação popular nessas atividades, a proposta não poderia seguir outro caminho que não o de trabalhar com a subjetividade das memórias e narrativas orais. Segundo Alessandro Portelli, em toda narrativa, existe uma dimensão subjetiva que expressa as formas como o narrador interpreta o passado:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...], quer concorde

²² THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182.

²³ *Ibid.*

²⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25.

em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.²⁵

Portelli compreende que a memória é permeada pela interpretação, cabendo ao pesquisador levar este dado em consideração não para eliminar o caráter subjetivo da narrativa, mas para melhor problematizá-la. Na visão do autor, a subjetividade possibilita compreender como as pessoas viveram os processos narrados e quais sentidos eles fazem para os narradores no presente, lançando luz sobre as formas como as pessoas lidaram com as forças sociais e políticas e as tendências culturais com as quais tomaram contato em suas vidas.

Em direção semelhante, Alistair Thomson aponta para os trabalhos de *recomposição da memória*, indicando como as lembranças não são simplesmente guardadas pelas pessoas, em seu íntimo, mas sofreram transformações ao longo do tempo e são recompostas à luz do presente, movimento realizado até mesmo para que o narrador se sinta confortável, a despeito de reminiscências dolorosas e até mesmo traumáticas vividas em tempos pretéritos.²⁶

²⁵ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 59-72, 1996.

²⁶ A esse respeito ver: THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n. 16, p. 277-96, fev. 1998; THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n. 15, p.

Essa relação presente-passado contida nas narrativas orais é importante em nosso estudo, uma vez que problematizamos o que significou para o narrador, no período contemporâneo à entrevista ter participado de movimentos sociais na década de 1980.

A primeira trajetória que destacamos é de Gentil, que, na época da entrevista – realizada em 21 de janeiro de 2009 –, contava 53 anos, era trabalhador industrial aposentado e microempresário, morador do Jardim Panorama, onde atuou como liderança nos movimentos de reivindicação de melhorias urbanas. Esse bairro, localizado ao sul da unidade industrial da Sadia, constituiu-se a partir do começo da década de 1980 e, ao longo dos últimos decênios, tem ocorrido ali um processo de (des)periferização que conta com investimentos públicos.

Em nossa primeira conversa, o narrador nos recebeu e quis obter algumas informações sobre o trabalho, quando, então, começou a falar sobre sua trajetória no bairro, onde participou da associação de moradores e das lutas por melhorias urbanas. Pedimos-lhe para gravar nossa conversa e fazermos a entrevista ainda naquela oportunidade, o que ele recusou, afirmando que precisava se preparar para o momento, pois nunca havia participado de atividade do gênero, o que demonstra como a entrevista não foi algo fortuito para ele.

Sobre a trajetória pessoal de Gentil, ele nos informou que nasceu em Três Passos, no estado do Rio Grande do Sul, e, aos 14 anos de idade, mudou-se com a família para o sudoeste do Paraná, na região dos municípios de Planalto e Capanema. A família dele foi próspera, comprou terras e, como afirma, ali *tinha de tudo*, por isso, a mudança para Toledo – ocorrida na década de 1980 – não foi motivada por dificuldades vividas em casa, mas porque queria algo *mais*, queria *ser alguém na vida*, e entendia que, para conseguir isso, precisaria deslocar-se para a cidade. Ao chegar em Toledo, com 23 anos, morou com amigos nas primeiras semanas e fez *fichas* (de solicitação e emprego) em empresas como o frigorífico da Sadia, pela qual foi contratado e ali trabalhou até se aposentar por tempo de serviço.

Ainda antes de ele se aposentar, Gentil e sua esposa começaram a atuar como vendedores ambulantes, acabando por abrir uma loja. A experiência de se tornar empresário marcou sobremaneira a narrativa dele – algo que, seguramente, foi reforçado por sua participação, naquele presente, da diretoria da ACIT (Associação Comercial e Empresarial de Toledo) –, relatando sua vida com base em uma cultura empresarial e apontando para uma espécie de *espírito empreendedor* que manteve ao longo de sua vida. Dessa forma, o lugar social de onde produz a narrativa está fortemente marcado pela experiência de ascensão social ao empresariado e à classe média da cidade.

Ao dialogarmos sobre o Jardim Panorama, Gentil tratou o bairro dentro desse enredo, apresentando-o de forma evolutiva, expondo em detalhes o que seria o *desenvolvimento* do lugar, citando números e percentuais, no intuito de destacar o potencial do local. Enfatizou que o bairro cresceu rapidamente graças à Sadia, que, na década de 1980, expandiu seu parque industrial na cidade – com a fábrica de presuntos –, sendo ela a maior empregadora dos moradores do Jardim Panorama, ainda na atualidade.

Além da Sadia, o autor elegeu marcos que considera significativos para o local, como a igreja (católica) e as escolas, entidades pelas quais lutou no passado. Construiu então um enredo que as torna símbolos do crescimento do local, associando-as a sua trajetória pessoal e de líder comunitário. Nessa perspectiva, as mobilizações por obras e benfeitorias no bairro emergem em meio aos relatos sobre a mudança de Gentil para o local:

E essa mudança aqui pro [Jardim] Panorama como é que ela foi, seu Gentil? A minha mudança... para o Panorama, eu morava no Jardim Bressan, próximo daqui, logo que eu casei no [Jardim] Bressan em oitenta e dois eu já vim pro Panorama já, comprei uma casinha, [...] dei uma pintada naquilo ali e falei: “mulher, vamos morar lá então”, casamos, e... viemos morar aqui. Começamos morar, à luz de velas, porque não tinha energia, então, a gente... foi batalhando através de, é... de prefeitura, fomos criando assim, é líderes, né, criamos uma diretoria, de início, conseguimos de,

eu fui a décima casa na época conseguimos sete pessoas, se interessaram assim logo de início para, a... fazer a frente, para para trazer as melhorias. [...] Daí nós nos organizamos sete pessoas formamos uma diretoria, da comunidade, demos o nome: “Diretoria da Igreja”, mas nem igreja tinha, nada tinha, e começamos trabalhar, fomos conversar com o padre, pra ver como é que nós tinha que fazer pra organizar uma igreja, fomos conversar com o prefeito da época, o que nós precisava, fomos falar aí com, falar com ele, procuramos vereadores, [...] na época ajudaram muito a gente, eles... ajudaram fazer várias reuniões trazendo os, é... gerentes da Sanepar [Companhia de Saneamento do Paraná], gerentes da Copel [Companhia Paranaense de Energia], trazendo aqui no bairro! fazendo reunião embaixo da árvore [...] se reunia o povo e ali nós fazia os pedidos: “precisamos de água, precisamos de luz, precisamos duma infra-estrutura”, porque na época as imobiliárias elas eram bem espertas, vendiam os terrenos, e conforme ia entrando o dinheiro depois eles iam, fazendo a parte deles [que] seria a infra-estrutura. [...] Na época, não foi fácil, mas quando a gente tinha dificuldade se reunia com... os vizinhos, com os amigos, e nós se tornava forte, fazia aquela reunião, trazia o pessoal de fora e... era sempre atendido. Aos poucos, nós fomos vencendo. Em pouco tempo nós já tinha água, já tinha luz, luz, água encanada, e foi, ficando mais fácil, e por... isso acredito até que foi um... bairro que ele foi crescendo rápido, e as pessoas também acreditando foram fazendo coisas boas.

Nessa passagem, Gentil apresenta a mudança para o bairro como resultado da conquista da casa própria – importante elemento para consolidar a família que passava a constituir –, quando, então, ele e os vizinhos se depararam com toda uma situação de precariedade advinda da falta de infraestrutura do bairro. Para reverter tal situação, destaca como eles teriam lançado mão da organização comunitária e da mobilização coletiva, tomando como marco de memória a criação da *diretoria da igreja*. O narrador procura apontar como, desde os princípios da iniciativa, a intenção de todos era lutar por melhorias, por

isso, não discute certas possibilidades, como se, inicialmente, a finalidade da constituição da diretoria não fosse simplesmente obter assistência religiosa, sendo as mobilizações em busca de melhorias urbanas no bairro, algo realizado posteriormente.

Ele também procura ressaltar que a iniciativa para constituir tal entidade partiu dos moradores do bairro, embora não negue que contaram com o apoio de políticos da cidade ou mesmo do padre Raulino, o qual os auxiliou em sua organização, dando-lhes, inclusive, o primeiro livro ata da entidade, como relata em outro momento da narrativa. Todavia, reserva àqueles o papel de protagonistas das ações.

Sua fala, no fragmento anterior, frisa a importância conferida às experiências lembradas, descrevendo os momentos iniciais de organização da diretoria em ritmo acelerado – o que contrasta com a fala pausada que procura manter ao longo da entrevista –, sugerindo que aquele momento foi permeado por aflições, mas também carregado de expectativas. Na sequência, ao tratar dos gerentes das companhias estatais de energia e saneamento que a diretoria conseguiu levar até o bairro, para realizar uma reunião, produz uma fala enfática, o que indica a admiração do narrador diante das primeiras conquistas alcançadas pela organização dos moradores.

Adiante, no relato – ainda respondendo à questão da citação anterior –, Gentil intensifica o caráter de sujeito dos trabalhadores residentes no Jardim Panorama e apresenta a criação e o registro da associação de moradores como uma iniciativa dos próprios habitantes, ocorrida posteriormente e como desdobramento da criação da *diretoria da igreja*:

Então na época que a gente fundou a diretoria da igreja, em... em oitenta e cinco já, daí eu deixava a diretoria, já tinha passado três anos, entrava outro, e daí eu fundei, eu e mais um grupo fundamos a associação de bairro, que já aí já melhorou bastante, já conseguimos um pavilhão naquele, mesmo ano, é... existia um projeto do do, acho que do governo do estado, via município, para que se fosse criado associações e... então, tava tendo recursos,

e a gente ficou sabendo disso e organizamos, criamos a diretoria, registramos, é uma ata, essa equipe, e fomos lá e, lutamos e conseguimos, naquele mesmo ano já, conseguimos construir um, um pavilhão, veja bem, apenas de dez por dezesseis [metros], e, ali era para multiuso, era pra reza, é, festinhas, pra bailinhos, já digo, pra festas de casamento, pra cursos, pra velórios, reuniões de outras igrejas, dessas, da nossa, da igreja católica, todo mundo usava, associação é pra isso, e... hoje temos, uma estrutura bem maior, o pavilhão já nem existe mais, temos boas estruturas, ginásio de esporte, temos um pavilhão da associação muito bom hoje por sinal, boa qualidade, grande, e foi tudo foi conquista... da qual a própria população. Então eu... nada fiz sozinho, procurei sempre, reunir os amigos, conversar com os amigos, conversar com o povo, e deu certo.

Na narrativa de Gentil, a associação de moradores seria a sucessora da diretoria da capela, entidade mais abrangente, representativa dos seguidores de todas as religiões. Em sua versão, a iniciativa de formar essa nova entidade não teria partido de um chamado da prefeitura municipal, mas dos próprios moradores, que, sabendo de projetos estaduais,²⁷ teriam atuado para constituí-la. Apresenta-se, desse modo, como uma das *lideranças* locais que, se, por um lado, não atuou sozinho, por outro, tinha a iniciativa de mobilizar os vizinhos. O bairro teria prosperado rapidamente e configura-se em um bom lugar para morar no presente – imagem que contrasta com a do lugar que existia no passado, tratado como local em que o *progresso* era ausente – e entende que tudo isso foi conquistado graças às *lutas* empreendidas na década de 1980.

Ao longo da entrevista, também nos interessamos em saber como ocorriam as mobilizações dos moradores, pois pretendíamos saber mais sobre as formas de atuação desses movimentos, principalmente se suas atividades restringiam-se apenas às reuniões:

²⁷ Governado, na época, por José Richa, também do PMDB.

Como é que vocês faziam as reuniões, assim, de quanto em quanto tempo vocês faziam, vocês chamavam o prefeito e vereadores, como é que vocês faziam, vocês iam lá [na prefeitura]? Como é que era a organização para pressionar ali a, as autoridades para trazer as melhorias para o bairro? É, na época a gente se reunia com a população, porque era pequeno [o bairro] nós reunia todo mundo, e, mesmo embaixo duma árvore, ou da escolinha quando tinha, nós já tinha, depois, debatia as necessidades e... e resumia ali o que era de prioridade, e se organizava uma comitiva de pessoas, homens e mulheres, e iam lá, dez, doze ou quinze pessoas, até mesmo alguns iam a pé, até a prefeitura nós ia, a pé ou de [ônibus] circular, quem tinha carro ia de carro e nós ia lá, quinze, vinte pessoas, nós, mulheres, muitas vezes fomos lá! Muitas vezes! E... apresentava lá na mesa do prefeito marcava horário, e chegava lá e ó[lha]: “Nosso assunto é esse e nós precisamos e isso aqui é prioridade, e é prioridade prefeito, e precisamos da sua presença lá pra, pra conhecer melhor o nosso, nosso sofrimento a situação que está tendo lá”, então a gente atentava [provocava] ele também, mas ele comparecia ele vinha sempre. Ah, ele vinha? Ih! A gente, mostrando aquilo... fazia com que ele também tinha que se mexer. Porque existia na época um jogo de cintura muito grande, a imobiliária, que vendia os terrenos, e dizia assim: “A responsabilidade é da prefeitura”, e a gente ia na prefeitura, falavam assim: “A responsabilidade é da imobiliária”, e em [inaudível] nós fizemos o quê? Chamamos o prefeito, e não falamos pra imobiliária, chamamos a imobiliária e não falamos pro prefeito, nenhum dos dois sabiam, marcamos a reunião embaixo duma árvore um certo dia [pausa] e compareceram o prefeito e a imobiliária, então nós pedimos quem que era o mentiroso, porque nós já estava cansado de ir daqui até lá em cima [na prefeitura], já tava, já tinha gastado a sola do sapato. Daí entre eles ali, acharam um meio de como atender esse problema da água, atender o problema da energia, de como, fazer essa rede, trazer essa rede.

O relato centra-se nas atividades da diretoria e nas relações com o poder público e com a imobiliária. Gentil aponta, inicialmente, os

moradores que participavam das reuniões “embaixo duma árvore”, procurando construir uma memória de união e mobilização da população, além de indicar a gravidade dos problemas vividos na época, algo reforçado pela aceleração do relato nesse momento. Também destaca como as pessoas se organizavam para ir à prefeitura agendar reuniões, falando com ênfase que “muitas vezes fomos lá! Muitas vezes!”. Por meio dessas ações, procuravam fazer pressão, chamando autoridades para dialogar com os moradores no espaço do próprio bairro. Nessas atividades, lembra da participação feminina e frisa o esforço dos moradores, afirmando que chegavam a ir a pé para a prefeitura, andando muitos quilômetros, no intuito de ressaltar seus esforços.

Adiante em seu relato, expõe o epicentro dos conflitos: a recusa tanto da imobiliária que loteou o Jardim Panorama, quanto da prefeitura municipal, em assumir a responsabilidade pelas obras que ainda faltava realizar. Gentil compõe seu relato de forma a demonstrar a sagacidade dos moradores e das lideranças locais, que chamaram os responsáveis por ambas entidades para dialogar em uma mesma reunião, sem saberem que estariam juntos. Nessa oportunidade, teria sido realizado um acordo para a implantação da rede de energia no bairro, tendo a estratégia dado resultado, construindo, o narrador, uma memória de triunfo da organização popular.

Assim, Gentil compreende que os movimentos de outrora foram vitoriosos, concluindo, ainda, que o bairro se tornou próspero graças àquelas lutas, como já afirmamos anteriormente. De maneira semelhante, também concebe a si como alguém que progrediu na vida, como um vitorioso, o que pode ser sintetizado na frase: “eu não passei fome mas quase cheguei a esse ponto, mas sempre a gente foi batalhando e vencendo, sempre vencemos, né?”.²⁸ Talvez, por conta dessa percepção – somada à experiência de ascensão ao empresariado e à classe média da cidade –,

²⁸ Como parte da resposta a nossa questão: “O senhor podia comentar um pouquinho sobre como surgiu essa ideia de vir embora pra Toledo, quando o senhor morava lá em Capanema, né? Como é que surgiu essa ideia, como é que o senhor ficou sabendo da cidade, se tinha algum parente aqui, como é que foi essa mudança?”.

assuma na narrativa certos elementos hegemônicos presentes nas imagens e memórias sobre Toledo, muito divulgadas pelos meios de comunicação. Assim, o narrador compartilha de noções que preconizam uma urbe boa para viver, onde *não existem favelas* ou mesmo *desemprego*, entendendo que isso ocorre graças à atuação do poder público, aos investimentos feitos por empresas como a Sadia, e à agricultura potente da região. Em especial, foi intrigante constatar como ele também observava de maneira positiva a lei municipal aprovada na década de 2000,²⁹ que proíbe a venda de terrenos em loteamentos que não sejam dotados de infraestrutura, a qual é um marco no avanço da especulação imobiliária e serve como medida restritiva à fixação de populações pobres no município. Embora Gentil entenda que houve uma elevação no preço dos terrenos decorrente dessa legislação, salientou que tal medida foi importante para evitar que outras pessoas vivessem os mesmos problemas enfrentados por ele e os vizinhos, apresentando o decreto como uma forma de justiça, que impediria a atuação desonesta das imobiliárias. Adere, dessa forma, à proposta executiva municipal, que transferiu o debate sobre a moradia e a infraestrutura dos bairros do campo político para o empresarial.

Fica perceptível que Gentil articulou as experiências vividas em diferentes organizações e entidades, levando o aprendizado obtido como liderança nas mobilizações de bairro para a associação comercial. Os movimentos empreendidos na década de 1980, mesmo que em contato com a Igreja Católica e os setores

²⁹ A legislação municipal que aumentou o controle sobre a construção de loteamentos em Toledo data de, pelo menos, a década de 1990, porém foram os decretos mais recentes, da década de 2000, que marcaram as memórias dos narradores com quem tomamos contato na pesquisa. Sobre essa legislação, ver: PREFEITURA alerta sobre loteamentos sem infraestrutura. *Jornal do Oeste*, Toledo, n. 4.709, ano 17, p. 3, 3 mar. 2002. Cidade; TOLEDO não terá nenhum loteamento irregular. *Jornal do Oeste*, Toledo, n. 3.267, ano 13, capa, 25 mar. 1997; LOTEAMENTOS vão ser regularizados. *Jornal do Oeste*, Toledo, n. 3.267, ano 13, p. 5, 25 mar. 1997. Cidade; PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO. Lei n. 1.793, de 20 de março de 1997. Suspende a aplicação de dispositivos da legislação que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Toledo. In: *Ibid.*

da Teologia da Libertação, não resultaram na defesa de um projeto alternativo de sociedade, calcado na defesa da igualdade social. Embora lembradas com orgulho, as mobilizações daquele período assinalam o momento em que ele assumiu o espaço público e, assim, contribuiu para tornar o Jardim Panorama um local viável para morar e investir. Mesmo afastado da direção da associação de moradores no momento da entrevista, ele se compreendia como uma liderança e observava a participação na diretoria da Acit como uma oportunidade para prosseguir com as disputas por melhorias para o bairro, planejando, inclusive, a constituição de um núcleo reunindo os empresários do Jardim Panorama, integrantes daquela entidade. Também é notável que, na atuação junto a essa instituição, Gentil criou uma intimidade muito grande com os projetos elaborados pelo poder público municipal, com quem estabeleceu uma relação extremamente positiva.

Tal fator leva-nos a refletir sobre os diferentes caminhos percorridos pelos sujeitos que empreenderam aquelas lutas, bem como as diferentes expectativas que tinham com os movimentos de que tomaram parte. No caso de Gentil, a preocupação era resolver problemas mais imediatos, causados pela precariedade da infraestrutura do bairro, não chegando a vislumbrar tais movimentos como um caminho para a construção de outra sociedade, em que o capital não fosse hegemônico. Para isso, concorre o próprio processo efetivo de inclusão social vivido pelo narrador, o qual assumiu as perspectivas de vida de um microempresário que sonha com a prosperidade de seus negócios.

Outro local onde existiu uma experiência de mobilização comunitária foi no Jardim América, bairro também situado na periferia da cidade, integrante da região denominada *Grande Europa* ou *Grande Europa/América*, pois ambos os bairros são contíguos. Essa região da cidade é conhecida por ser a mais pobre e com os maiores problemas sociais do município, sendo, também, uma das localidades mais afastadas do centro de Toledo. Ali, encontramos o casal Cida e Amarantino – também conhecido como Edgar –, antigos moradores do Jardim América, que atuaram como lideranças comunitárias e narraram sobre as mobilizações para a obtenção de melhorias para o local, realizadas na década

de 1980, aos quais chegamos após indicação de outros habitantes dessa região da cidade.

Iniciaremos a discussão pelo relato de Cida, que, na época da entrevista, realizada no dia 3 de fevereiro de 2010, contava 66 anos e encontrava-se aposentada. Ela não foi membro de diretoria de associação de moradores ou de igreja, mas participou dessas entidades e das mobilizações realizadas no bairro, de forma que sua narrativa toma como enredo os movimentos empreendidos por intermédio dessas entidades.

Sobre a trajetória pessoal de Cida, ela nasceu no interior do estado de São Paulo e, aos 21 anos, mudou-se para Colorado, no norte do Paraná, onde se casou, deslocando-se, posteriormente, por vários municípios desse estado, vindo, finalmente, a transferir-se para Toledo, sempre trabalhando no campo. Nesse município, relata que laborava em uma fazenda junto com o sogro, o qual, mais tarde, mudaria-se para a cidade, sendo que ela e o marido vieram pouco tempo depois e foram morar na residência daquele. A mudança do campo para a cidade foi um marco na vida da narradora, que faz questão de apresentá-la de forma precisa, afirmando que fazia exatamente 32 anos que haviam chegado à cidade, completos no dia 28 de fevereiro do ano anterior.

No relato sobre o processo de mudança, Cida confere ênfase à temática do trabalho, tratando, assim, de como seu marido teve que aprender os ofícios urbanos, tornando-se pedreiro, e ela, além de dona de casa, passou a atuar como costureira. Sobre a fixação no Jardim América, ressalta que eles não tinham dinheiro para comprar um terreno nas áreas mais centrais e resolveram adquirir um imóvel nesse local, próximo à rodovia BR-467 (atual PRT-467) e muito distante do centro. Logo no início da entrevista, ela traça um panorama do local:

Beleza, dona Cida, a senhora podia começar, então, comentando um pouquinho[sobre sua vida]? É muito distante do centro da cidade, então o bairro do Jardim América foi, pelo menos, quando eu iniciei foi em mil novecentos e setenta e oito. E aí a gente entrou aqui, então tinha poucos moradores, ainda, que tava iniciando. Não tinha água no

bairro, não tinha luz, a gente furava poço não dava água por causa do, de a pedra, e a pedra não quebrava não dava água, então a gente penou muito aqui no começo por [...] falta de água, falta de luz, eu não estranhei muito porque eu vim da roça, eu morava na roça [...] na roça a gente não tinha [energia elétrica], e... então a gente sofreu muito aqui no início, porque ficou um bairro isolado da cidade esse bairro [...] quem tinha que trabalhar, que nem meu marido mesmo era pedreiro, ele no tempo que nós entramos aqui ele tava trabalhando, tava construindo a AABB [Associação Atlética Banco do Brasil, situada no outro extremo da cidade], trabalhando na construção da AABB numa firma [construtora]. Então ele tinha que sair daqui e de sete horas já estar lá, de bicicleta, o dia de barro pra, pra passar, nas estradas não era fácil, muitas vezes tinha que carregar a bicicleta, ao invés de... a bicicleta carregar ele. Então foi muito difícil a gente, o dia que chovia era muito difícil pra gente se deslocar pra cidade, e estrada ruim [...]. Quando teve aí a base dum uns seis sete anos de fundação do bairro, é... aí o povo começaram, não vinha água não vinha [luz] o povo começaram arrancar as casas [construídas em madeira], e levar pra outros bairros.

O enredo criado por Cida coloca em primeiro plano a vivência dela no bairro, sobre o qual trata antes mesmo de sua trajetória pessoal, no afã de enfatizar que o local não era dotado de infraestrutura urbana, o que afastou muitos moradores. Apresenta o lugar descrevendo uma paisagem desoladora, permeada por dificuldades para quem ali quisesse permanecer, enfatizada com a degradação, inserida na narrativa por meio da menção daqueles que deixavam o bairro e levavam as casas consigo. Nesse momento, Cida acelera a fala e tem dificuldades para pronunciar certas palavras, certamente revivendo os momentos de tensão e sofrimento experienciados no lugar e procurando convencer-nos da gravidade da situação. Também procura tornar incontestes o motivo da mudança dos demais moradores, entendido por ela como resultante, exclusivamente, das difíceis condições que o lugar expunha, relegando ao silêncio outros motivos que poderiam ter feito parte desse processo, como a dificuldade para pagar as prestações.

Sobre as dificuldades vividas, a despeito de ressaltar a ausência de energia elétrica, pondera que este não era o principal problema enfrentado por ela no período, pois, na vida pregressa no campo, também não havia usufruído de tal benfeitoria, o que nos indica as formas diversas com que os trabalhadores que foram morar nos bairros periféricos de Toledo trataram esse processo em sua cultura. Para ela, os problemas maiores seriam a ausência de rede de água – e a impossibilidade de obtê-la por meio de poços –, além das más condições das ruas e da inexistência de transporte coletivo urbano, dificultando a vida daqueles que, como o marido de Cida, trabalhavam na cidade.

Diante desse quadro desalentador, a narradora discorre sobre a fundação da associação de moradores do Jardim América como o marco do começo de um novo tempo, no qual melhorias urbanas chegaram ao local. Isso aparece logo no início da entrevista, na sequência de nossa penúltima citação:

aí, meu marido fundou a associação de bairro, ele e uma minha filha, uma filha que eu tenho, ela chama Edna Aparecida, e o meu marido chama Amarantino [sobrenomes omitidos pelo autor]. Eles fundaram a associação de bairro junto com o povo que tinha aqui, já tinha bastante moradores, em [mil novecentos e] oitenta e oito, é, foi, é... em oitenta e oito que eles fundaram. E... fundou essa associação que aí começou ir em busca das coisa pra prefeitura, [...] foi aonde a gente foi lutar pra poder ter água, ter luz, foi começou a vim, aí, em, engajar dentro do, da prefeitura, né, porque a prefeitura, a Imobiliária Gaúcha até que abriu esse loteamento, e depois é... abandonaram, largaram aí, né? E era a vontade da gente arrancar a casa e ir embora também. E... depois aí começou a conseguir, depois da fundação da associação de bairro, nós conseguimos ter, a luz, ter a água, fazer projetos que tem aí, escola, caixa d'água, tem tudo que tem no [Jardim] América, aí já foi, aqueles projetos, o mutirão [conjunto habitacional], que tem, acho que quase quinhentas casas [...] você vê a importância de uma associação. [...] E... e eles [governador e políticos da época] já começou fazer... essa, a primeira via de asfalto [na avenida que liga o bairro ao

centro], foi melhorando, né? Foi melhorando [...]. Mas no começo não foi fácil. Não foi fácil de jeito nenhum.

Cida evidencia a atuação da filha e do marido na criação da associação, tratados como os grandes protagonistas do processo. Cita os nomes completos deles, o que indica uma preocupação em registrá-los na entrevista e, conseqüentemente, em nosso trabalho, além de procurar documentar a participação da família nessa entidade, apresentando-nos a cópia do estatuto da Associação de Moradores e Amigos do Jardim América, provavelmente, no intuito de tornar tal participação inconteste.

Essa questão colocou-nos diante da necessidade de pensar a igualdade na produção da narrativa oral, nos termos de Alessandro Portelli, que entende a entrevista: “como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos”.³⁰A entrevista, portanto, pode ser um momento em que pesquisador e narrador deixam de lado as relações de poder e unem-se em torno de uma proposta comum. No caso da pesquisa que realizamos, trazíamos a proposta de investigar os movimentos sociais desenvolvidos nos bairros periféricos da cidade, enquanto a narradora queria falar desses processos sob outra óptica, pois pretendia não somente socializar os benefícios entendidos como resultantes das mobilizações do passado, mas também destacar a atuação de sua família no processo. Procuramos, assim, compreender essa demanda dela, embora não tenhamos deixado de refletir criticamente sobre a narrativa.

Na citação anterior, após tratar da participação familiar no processo de criação da associação, Cida elenca as benfeitorias obtidas, entre elas a construção do conjunto habitacional, compreendido pela narradora como grande marco do aumento populacional daquela localidade e de uma conseqüente elevação

³⁰ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

da importância do local no município. Também menciona as privações vividas na época, responsabilizando diretamente a imobiliária que iniciou o loteamento do Jardim América pelos problemas enfrentados; ao nomeá-la, provavelmente pretendia deixar registrado o título da empresa que lhe causou tanto transtorno. Ao fim do trecho citado anteriormente, notamos que a narradora reafirma as dificuldades vividas no local, compondo um enredo de sofrimento que acaba por ser superado, paulatinamente, graças à atuação da associação de moradores.

Adiante, Cida menciona outros processos relacionados com a criação da associação, entre eles a existência anterior de uma entidade única, que reunia moradores dos jardins América e Europa, além da constituição da comunidade religiosa (católica) naquele bairro, processo do qual a narradora participou ativamente:

É... dona Cida, a senhora lembra como é que surgiu a ideia de formar a associação de moradores? Foi assim, é... surgiu de nós mesmo, né? Porque, começou no Jardim Europa, a associação, aí a gente não conseguia trazer nada pra, de benefícios pro [Jardim] América [quando estávamos] junto com eles, quando vinha os benefícios ficava lá [...], [percebemos então] que nós tinha que formar a nossa [associação], foi onde surgiu, foi o andar nosso. E... naquela época o padre da paróquia era o, o... padre André, [...] trabalhou dezessete anos aqui na paróquia, ele ajudou muito eu nessa comunidade, me ajudou muito! [...] Na época a gente desceu eu e outra mulher descemos [pela rua] e falamos: “tá na hora de nós fundar a nossa associação, e comunidade e tudo”, ele [o padre] veio aqui, celebrou uma missa duas horas da tarde e falou: “De hoje em diante aqui é uma comunidade”. Que foi acho que em mil novecentos e oitenta e oito parece, deixa eu ver tá aqui escrito. [pausa longa, confere materiais que possui em mãos durante a entrevista]. É quando, foi quando nós decidimos formar uma associação de bairro, começamos a reunir e isso foi, no ano, no ano e dia vinte e sete do sete de [mil novecentos e] oitenta e seis.

De forma sutil, a narrativa de Cida revela tensões internas à entidade que representava ambos os bairros, que culminaram com a criação de uma nova associação no Jardim América, que, por sinal, surgiu dentro do contexto das políticas municipais de incentivo às instituições do gênero. Por outro lado, em certos momentos da narrativa, também ocorre uma articulação entre a associação de moradores e a comunidade católica, a exemplo do que percebemos nas recordações de Gentil sobre a criação de uma comunidade católica – passo anterior ao estabelecimento de uma capela – como o momento de fundação da entidade representativa do bairro. Assim, o tempo da fundação da instituição representativa dos moradores muda de 1988 para 1986, após Cida buscar precisamente a data em um documento que escreveu anos antes – o qual nos leu –, cuja redação demonstra que ela própria já havia tido a preocupação em preservar essas memórias, mesmo antes de propormos a entrevista. A partir disso, a narrativa oral centra-se no padre, como figura de autoridade para estabelecer – em definitivo – o Jardim América como uma entidade diferenciada, e, assim, o *bairro*, ou sua direção, emerge, nas memórias de Cida por meio da ação da religião católica, que confere legitimidade para a ruptura com a comunidade do Jardim Europa. Ao relatar esse processo, ela também frisa que a iniciativa para criar a comunidade foi dos moradores, reafirmando-os como sujeitos principais, embora não deixe de mencionar o apoio recebido do sacerdote católico, relatando com muita ênfase que ele “ajudou muito!”.

Percebemos que, nas passagens em que Cida trata da Igreja Católica do Jardim América, ela se constrói como a protagonista na fundação de entidades representativas dos moradores. Em outro momento da narrativa, ela apresenta sua atuação como catequista,³¹ como uma origem para a comunidade católica do bairro, construindo uma linearidade entre o momento em que começou a dar catequese em sua casa, para as crianças das redondezas, até a criação da comunidade católica e associação

³¹ Termo utilizado para designar pessoas que ensinam elementos da religião católica para as crianças.

de moradores, tornando-se personagem central da história do bairro, em detrimento até mesmo das figuras do marido e da filha, enfatizados no início.

Em outro momento, ela também destaca a participação ativa que teve na associação de moradores, como quando as mulheres decidiram ir à prefeitura reivindicar uma reunião com o prefeito:

E... a senhora podia falar um pouquinho como é que foi chegando aí o asfalto, a luz, a água, como é que vocês, vocês fizeram pra conseguir esses benefícios aqui pro bairro? E, tudo foi pela associação. É? Tudo foi, tudo foi pela associação, que nós conseguimos, é... os primeiros projetos, nós já fomos conseguindo tudo. Foi no tempo do [prefeito] Corazza [...] porque nosso bairro desenvolveu, e quem fez ele desenvolver foi o Corazza. Foi na época que eu ainda juntei com oito mulheres e fomos sentei e nós fomos bem recebidas, na prefeitura em oito mulheres, já, buscando luz água, e ele recebeu nós muito [bem] recebido e ele falou assim: “que [vou] dar jeito de... e começar a trabalhar vou começar a trabalhar por lá porque vocês estão necessitando mesmo”. Ainda eu falei pra ele, eu falei assim: “dia que chove lá pra sair pra cidade só tem que por um helicóptero lá pra levar [e] buscar nós [risos] porque não é fácil, para deslocar para cidade”. Ah, então vocês foram lá fazer uma reunião com ele, então, com o Corazza? É, fomos fazer e conseguimos, conseguimos tudo[,] olha a primeira reunião que ele veio fazer aqui na minha casa, que ele... nós juntamos o pessoal pra ele fazer uma reunião, ele já arrumou uma escolinha de madeira no interior [do município – na zona rural –, onde havia muitas escolas rurais desativadas, construídas em madeira] já trouxe ali pra nós não ficar reunindo aqui [em casa] mais, já foi para aquela escolinha, ele já resolveu a situação, [de] imediato. E luz e água e tudo assim que foi podendo ele já foi dando o jeito. [...] [O bairro] Fundou a associação, aí, as coisas foram resolvidas, foi um movimento bonito que teve no começo e o povo não tá valorizando mais. [...] Porque pela associação, é um trabalho que o prefeito descobre o que a comunidade tá precisando.

Nesse fragmento, a narradora aponta que a iniciativa de conversar com o prefeito surgiu das mulheres do bairro, a partir de reunião ordinária da associação de moradores, indicando como estes não ficaram à espera das benesses do poder público, mas reivindicaram obras e benfeitorias como um direito que lhes era devido pelo Estado. Também frisa sua participação ativa no processo, lembrando da intervenção que teria realizado no diálogo com o prefeito. Ele, nessas recordações, aparece de forma positiva, como um grande benfeitor que teria ajudado no desenvolvimento do bairro, tendo as recebido para a reunião e atendido prontamente parte dos pedidos, inclusive providenciando de imediato a escola para servir de sede para a comunidade, momento em que Cida fala de forma acelerada, afoita em tratar das obras de Corazza, que representaram para ela a superação de inúmeras adversidades. Em dado momento do fragmento anterior, quando ela se refere à visita realizada pelo prefeito ao bairro e ao ato de reunir os moradores, Cida se expressa da seguinte maneira: “[...] ele [o prefeito]... jun, nós juntamos [...]”, o que nos permite perceber que ela começa a afirmar que o prefeito seria o responsável por concentrar as pessoas para a reunião, porém, logo corrige, reafirmando a ação das lideranças comunitárias – os familiares dela, em especial –, moradores do próprio local, como os grandes responsáveis pelo sucesso do encontro, reforçando o protagonismo deles. Portanto, esses trabalhadores tinham consciência de que a associação era uma condição para o diálogo com o poder público, razão pela qual Cida enaltece a entidade, enquanto valoriza a figura do prefeito da época, justamente por entender que ele se dispôs ao diálogo com os moradores do local, tendo, portanto, reconhecido a importância deles para a cidade.

O suposto abandono, ou *esfriamento*, das atividades da associação relatado por Cida é visto por ela não como resultado das mudanças de rumos nas políticas do executivo municipal – operadas por parte do mesmo grupo que incentivou as associações –, que fechou esse canal de diálogo durante a década de 1990, mas aos próprios moradores do Jardim América, que teriam deixado de valorizar a entidade. Assim, constrói um enredo de degradação da

entidade a partir do afastamento da família dela da direção daquela instituição, o que pode indicar conflitos internos a essa entidade, motivo pelo qual ela tivesse que enfatizar a participação familiar como liderança do bairro, além de documentá-la.

O afastamento de Cida das atividades comunitárias, porém, não foi acompanhado de uma adesão irrestrita aos projetos hegemônicos traçados pelos grupos dominantes da cidade, o que nos leva a constatar que a participação da narradora nos movimentos da década de 1980 auxiliaram-na a construir uma consciência reflexiva sobre a realidade em que estava inserida, algo que ela ainda nutre no presente:

E... dona Cida, como a senhora avalia esse crescimento de Toledo? A senhora gostou desse crescimento, desse desenvolvimento da cidade como [inaudível]? Eu gostei, sabe o que eu tô achando, que não tá muito bom, porque encareceu muito o terreno [,] pobre não dá pra comprar mais terreno! Que nem faz esses, essas casinhas aí, é... é um elogio para fazer essas casinhas [subsidiadas pela prefeitura, voltadas à população de baixa renda], mas só que a pessoa, será que pensou, se tem alguém ali que vai ter a parte financeira para pagar essas casinha até o fim? Talvez num dia eles não pode, não tem [dinheiro e vão ter] que abandonar [as casas] porque eles não podem pagar? Então tem que pensar primeiro numa parte financeira onde o povo possa ganhar o, o... o jeito de pagar. Então já tá progredindo progredindo casa daqui, casa dali, casa daqui casa dali, mas vamos ver se o povo pode pagar depois. Então, quem trabalha hoje em dia de pedreiro, de indústria, não pode comprar mais um terreno, encareceu demais, virou ouro os terrenos de Toledo [para] falar a verdade!

Cida analisa o processo de crescimento da cidade e aponta que, por um lado, gostou das mudanças vivenciadas, preferindo a Toledo da década de 2000 àquela que encontrou na década de 1970, mas, por outro lado, critica o avanço da especulação imobiliária, preocupando-se com a exclusão social causada pela elevação do preço dos lotes urbanos, afirmando com muita

ênfase e, indiscutivelmente indignada, que “[...] pobre não dá pra comprar mais terreno!”. Nessa direção, também questiona a política habitacional em curso, as *casinhas* financiadas por intermédio da prefeitura, sobre as quais existem restrições para a comercialização antes da quitação, uma vez que ela teme a impossibilidade de muitas pessoas conseguirem pagar as prestações. Ressalta então que, em primeiro lugar, dever-se-ia garantir trabalho para os moradores que os dotasse de condições para pagar os financiamentos. Nesse momento, a narradora percebe não somente a moradia, mas também o trabalho digno e remunerado, de acordo com as necessidades do trabalhador, como um direito, e também identifica as contradições de um sistema que promove assistencialismo enquanto protege e/ou incentiva a especulação imobiliária.

Em certos momentos, a consciência de Cida vai além do examinar criticamente a realidade circundante, chegando a elencar propostas para solucionar ou pelo menos atenuar os problemas vividos no bairro, como o envolvimento dos jovens com a violência urbana. Sobre essa questão, propõe que uma solução seria mobilizar entidades católicas – instituição muito importante em sua vida e que mantém obras assistenciais em Toledo – para criar um espaço onde crianças e adolescentes tivessem uma iniciação ao trabalho fora do horário da escola, defendendo que esse espaço deveria se situar no próprio bairro, para evitar o deslocamento daqueles, tal qual acontece no presente, com os jovens que vão para o centro, onde se localizam as entidades de assistência social. Assim, situa o aumento da violência urbana na prática de deixar os jovens desocupados e sozinhos em casa no tempo fora da escola, mobilizando seus referenciais culturais para propor a iniciação dos jovens no trabalho – uma instituição muito presente entre as populações do campo – como recurso para evitar o avanço da violência no bairro.

Nesse momento da narrativa, já no encerramento da entrevista, percebemos que Cida usa seu relato para reivindicar publicamente um projeto social para as crianças e os adolescentes do Jardim América. A fala dela expressa um conteúdo político muito claro, buscando apoio para sua proposta, o que mostra que as lutas por

ela empreendidas em prol de melhorias para o local não ficaram somente no passado, pois, no presente, ela aproveitou a entrevista para reivindicar mudanças para o lugar, visualizando como um possível canal de comunicação com o restante da sociedade.

Entretanto, essa experiência não foi compartilhada da mesma maneira pelo marido dela, Amarantino que, diferentemente de Cida, não se envolveu com atividades da Igreja Católica, restringindo-se à associação de moradores, da qual foi presidente. Ele – que também é conhecido como Edgar – contava 71 anos quando produzimos a entrevista, no dia 3 de fevereiro de 2010, período em que se encontrava aposentado. A produção da narrativa aconteceu logo após realizarmos a de Cida, sendo que ela acompanhou a entrevista do marido, fazendo, também, intervenções durante a fala dele.

Sobre a trajetória de Amarantino, destacamos que ele nasceu no estado da Bahia e, quando já adulto, mudou-se para o interior do estado Paraná, tendo residido em diferentes municípios até se estabelecer em Toledo. Interessante observar que sua participação na diretoria da associação de moradores do bairro é algo central em sua narrativa, o que nos leva a entender que Amarantino se percebia como alguém que tinha uma história importante para a cidade e que devia contá-la, sendo essa história a de sua atuação como presidente da associação de moradores e de líder comunitário do bairro onde vivia. A atuação comunitária é tão relevante para o narrador que ele a relata na sequência da mudança para a zona urbana de Toledo, quando lhe perguntamos para tratar dessa transferência:³²

nós ficamos aqui [pausa] ficamos aqui [no Jardim América] acho que uns... mais ou menos [pausa] cinco, seis anos, daí montamos a diretoriazinha meio a facção, fomos tocando, fomos tocando, conforme o pessoal ia entrando [no bairro] a gente ia aproveitando, né, e aquela diretoria depois e quando que tava mais ou menos

³² Como parte da resposta a nossa questão: “[Inaudível] o senhor chegou em Toledo então?”.

foi no tempo do Corazza, aí ele deu muito apoio pra nós, daí nós eu registramos a diretoria, e aí, e aí nós começamos a trabalhar! começamos a trabalhar aqui no bairro [...], formamos escola, asfalto, luz, água, agora... a igreja, pavilhão de igreja [...], que nós trouxe pra aqui foi isso aí. E daí agora nós passamos pra outras pessoas e... tá mais ou menos [...]. Mas o que têm aqui tudo, de benfeitoria tudo foi do nosso tempo. Tudo foi nosso tempo, o que saiu aqui fora de nossos projetos, foi só um pavilhão do [...] *Dos idosos [fala Cida, esposa de Amarantino]*. Dos idosos [Amarantino retoma a fala]. Foi só isso aí, [...] e tá tudo [pausa] escrito e assinado na prefeitura, não não tem nada em branco, tá tudo aí, tá tudo lá, a gente quer fazer uma provação é só ir na prefeitura que está tudo lá. E... daí nós vem tocan[do], [...] fazendo uma coisinha... que nem a... Cida aí, minha esposa mesmo ela trabalhou na igreja toda a vida, e eu não, eu sou mais fora [risos].

O narrador apresenta a iniciativa dos moradores em constituir uma *diretoria* para o bairro, no intuito de resolver os diversos problemas que ali existiam, os quais já assinalamos na narrativa de Cida. Nas memórias de Amarantino, a formação da diretoria não foi uma simples resposta a um projeto do poder público municipal, mas se constituiu antes mesmo da gestão *Toledo: comunidade no poder*, contrapondo-se, portanto, à narrativa da esposa e até mesmo os documentos por ela apresentados, restringindo ao período desse governo municipal apenas o ato de *registrar oficialmente* a entidade, reforçando tal enredo ao afirmar que, nos primeiros tempos, as atividades eram realizadas *a facção*, expressão que, regionalmente, é empregada para designar serviço feito de maneira improvisada. Assim, apresenta outras temporalidades para os movimentos do bairro, desvinculando-os de uma ação direta da prefeitura municipal, ao assegurar que a constituição efetiva da entidade deu-se antes de seu registro e sua oficialização.

Trabalhar o tempo, construindo continuidades entre eventos diversos ou dividindo-os, é um movimento comumente encontrado nas narrativas orais. De acordo com Alessandro Portelli, cabe ao pesquisador refletir sobre os significados que tais articulações

adquirem nas memórias dos narradores, em vez de optar por uma análise que separe *verdade* de *mentira*.³³ Por meio do conceito *ucronia*, Portelli esclarece que, muitas vezes, os narradores resolvem de maneira imaginária situações de tensão vividas no passado, cuja solução ocorreu à revelia de suas vontades.³⁴ No caso da narrativa de Amarantino, percebemos que, independentemente da *diretoria* ter sido criada ou não antes do registro da associação de moradores, a pretensão dele é atribuir aos habitantes e a si a iniciativa de formar uma *diretoria*, com o destaque conferido ao falar: “nós eu registramos”. Ao poder público, caberia apenas o papel de ratificar e reconhecer tal ação, entrando o narrador em disputa com outras versões, que acabaram por subsumir as atitudes dos moradores ao conferir protagonismo às políticas públicas municipais.

A partir disso, Amarantino cria um enredo em que o período em que esteve à frente da associação de moradores emerge como um marco, quando, efetivamente, começou-se a trabalhar no bairro e quando, praticamente, todas as obras importantes dali foram realizadas, ideia reforçada pela repetição da expressão *tudo foi do nosso tempo*. Esses elementos, por sua vez, podem indicar tensões entre as atuais lideranças da associação de moradores e aqueles que – como Amarantino – desempenharam essa função no passado. Indicar que aquilo que fala pode ser provado, pois está registrado na prefeitura, é uma forma de reforçar a legitimidade da narrativa, chamando para ela o apoio de outros suportes, como documentos escritos oficiais, referenciando sua fala. Índícios dessas tensões também afloram na maneira de falar de Amarantino, repetindo duas vezes a palavra “não” para indicar que “não tem nada em branco”, ou seja, que todas as ações de sua gestão à frente da associação foram documentadas; e na maneira acelerada como fala, dificultando até mesmo a compreensão da

³³ A esse respeito ver: PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). Op. cit. p. 296-313.

³⁴ PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

narrativa, quando afirma que, se for necessário provar algo, os documentos estão todos disponíveis na prefeitura.

Mais adiante, ao responder a uma questão sobre a compra do terreno no Jardim América,³⁵ Amarantino voltou ao tema da associação de moradores, passando a discutir as experiências vividas como diretor e as figuras de autoridade que conheceu nesse período, revelando as formas como experimentou o contato com a gestão municipal e as políticas públicas do período:

...você vê que aqui, aqui de primeira aqui em casa era tudo, aqui era aqui em casa era igreja, era prefeitura, era daqui veio veio bispo, veio padre, veio prefeito, veio deputado, só não veio, só não veio o presidente, ah governo [governador] que eu digo, mas o mais veio tudo aqui, e tá tudo por aí de conhecidos. [...] E eu parei, por causa que esse negócio aí a gente merecia ganhar um pouco pra... poder ser presidente do lugar, né? Mas o, a gente não ganha nada, porque o serviço é braçal, mas é gostoso, é... uma coisa que que você você trabalha com gosto nisso aí, que daí eu trabalhava de dia e noite, que eu... de dia eu tocava meu serviço, de noite eu corria atrás do pessoal, porque a... naquele tempo carro aqui só era o meu. Só tinha só o meu carro aqui, e meu carro era pra sustentar todo o pessoal com que... que... morava aqui é... tinha que dar conta. Que... já cansei de amanhecer muitas noites, anoitecer e amanhecer, carregando gente daqui pro hospital [...] e... e... e nisso aí nós teve também [...] o programa do Leite do Sarney, [...] eu tinha cento e cinquenta famílias [...] que eram cadastradas no [programa de] leite do Sarney aqui. Então, tinha de, de vim a... o leite, entregava, vinha um caderninho assim, um, e depois tinha de mandar tudo de novo, pro Sarney de novo...

Nesse momento da narrativa, Amarantino situa sua atuação comunitária em um período mais longo, envolvendo atividades

³⁵ Como parte da resposta a nossa questão: “E seu Edgar [Amarantino], como é que foi, que surgiu a oportunidade de comprar um terreno aqui naquela época? Nesse lado da... [cidade]”.

não restritas à presidência da associação, como o auxílio que dava às pessoas do bairro – depois de comprar um automóvel – nas demandas que elas possuíam por transporte para o serviço médico, o que nos permite observar que a atuação comunitária dele também surgiu de elementos presentes no cotidiano. Além disso, destaca elementos positivos do trabalho comunitário, como a proximidade criada com figuras de autoridade na cidade, muito embora reclame sobre a falta de pagamento para a função de presidente da associação, entendido por ele como uma justa recompensa diante do grande volume de trabalho realizado por quem ocupa esse cargo, exemplificado por meio das tarefas requeridas pelo programa de distribuição de leite da década de 1980. Aquela teria sido uma das razões pela qual não voltaria a desempenhar tal função.

Na sequência do relato, também revela a relação que estabeleceu com a política institucional e sobre o abandono das atividades junto à associação:

...eu entrei na política, fui candidato a vereador, não ganhei, [inaudível], [...] Eu trabalhei na, eu trabalhei na prefeitura, [fui] funcionário da prefeitura, dois anos, eu trabalhei na Utam, [...] eu trabalhei no Centro Social, no Centro Social Urbano, é, tudo eu trabalhei. [...] No Centro Social Urbano é... eu trabalhei de de... fiscalizando os livros né, [...] de trinta em trinta dias nós tinha que ir lá e fazia uma revisão nos livros [...]. É isso... mexi em muita coisa aqui. Agora depois que eu parei, porque eu eu gosto de mexer com as coisas, só que a gente, meio trabalhar sem ganhar nada não dá mais. Todo mundo ganha, você trabalhar de graça aí não [...] muitos me vêem e me falam que é pra mim pegar aqui de novo pra tocar [a associação de moradores], eu falei: “se se tiver salário eu toco, não tem problema”, porque a gente aprendeu, né, esse negócio e aprendeu certinho como é, como é que funciona as coisa. [...] Às vezes a gente tá... nesse setor aí, você fica o mais o... bem por dentro do assunto, aí... e é uma coisa muito gostosa o trabalho, depois que você entra nesse... que você, vê como é que funciona as coisas, aí vai embora [...]. Eu gostei muito de trabalhar

nisso aí, que quando ele veio eu trabalhei, sete anos e pouco nós trabalhamos nisso aí.

Amarantino destaca sua participação em eleições municipais, como candidato a vereador – pelo PMDB, conforme dialogamos em outros momentos da entrevista –, cargo que não chegou a ocupar, pois não fora eleito, mas cuja experiência demonstra a maneira íntima com que se relacionou com a gestão *Toledo: comunidade no poder* e as políticas públicas voltadas para os bairros da cidade, aderindo ao projeto daquele grupo político. Em outra direção, destaca os cargos públicos que exerceu, como integrante na Utam – União Toledana de Associações de Moradores –, que reunia as diferentes associações do município, além de atividades ligadas diretamente à prefeitura municipal, o que evidencia como as ações comunitárias lhe renderam oportunidades de emprego público, algo que o narrador inclui entre os pontos positivos do tempo em que atuou como presidente da associação de moradores.

De maneira geral, o relato aponta para o aprendizado que aquelas situações proporcionaram a Amarantino, que dominou os trâmites dos projetos para a aquisição de obras públicas, porém assinala também as formas como ele passou a ver a atuação comunitária como uma extensão do governo municipal, razão pela qual entende que aquele trabalho mereceria ser remunerado. Ao afirmar que se afastou dessas atividades devido à falta de pagamento pelos serviços prestados para a associação, o narrador silencia sobre se ocorreram desavenças com os moradores ou mesmo com os demais integrantes da associação. Como aponta em vários momentos de sua narrativa, compreendia como injusta a ausência de proventos para o cargo de presidente da associação de bairro, pois os vereadores recebem pela atuação pública.

Constatamos que a demanda de Amarantino não era por uma associação que fosse independente do Estado – princípio muito forte entre os movimentos estudados por Sader –,³⁶ ligada diretamente aos trabalhadores que viviam no bairro, mas uma

³⁶ SADER, 1988, p. 311-312.

instituição que se assemelhasse a uma subprefeitura, tal qual o era nas gestões municipais vigentes entre 1983 e 1992. O narrador, por sua vez, aderiu a tal projeto e experienciou a burocratização da entidade como uma conquista, como um reconhecimento oficial da importância da instituição, sendo o salário do presidente visto como uma justa recompensa pelos bons serviços prestados.

É bem possível, também, que essa proximidade com o poder público tenha sido responsável sua visão positiva sobre os projetos hegemônicos, desenvolvidos mesmo no período mais recente, uma vez que Amarantino aprovava o crescimento urbano de Toledo, ressaltando a eficiência dos prefeitos e o número de novos edifícios que estavam em construção ou sendo planejados na cidade, os quais se tornam, na narrativa, ícones da *cidade moderna*, adquirindo um significado especial para Amarantino, que trabalhou boa parte da vida na construção civil. Ele notava que essas obras e a expansão urbana de Toledo estavam “fechando” a cidade, “encostando-a” no Jardim América, que não seria mais algo isolado do restante da urbe, o que lhe gerava a expectativa de ser incorporado efetivamente ao tecido urbano, com a consequente valorização de seu imóvel.

Diante disto, percebemos que a narrativa de Amarantino se pauta nas experiências vividas como presidente da associação de moradores, embora não tenhamos encontrado nele uma narrativa com grandes preocupações sociais, pois sua fala assemelha-se ao discurso político municipal, pautado em critérios de eficiência e de conquistas de obras, o que difere mesmo da consciência social de Cida, sua esposa. Isso demonstra a diversidade de experiências e de memórias que envolvem esses movimentos, presentes mesmo entre pessoas tão próximas, como Cida e Amarantino. Nesse aspecto, constatamos ser válido o alerta de Raphael Samuel:

Especificamente, a noção de “comunidade”, apesar de usada livremente, é, ou deveria ser, problemática. Na história urbana, é pouco mais do que uma ficção conveniente, que só pode ser preservada ao concentrar-se nos eventos cívicos e municipais. Na zona rural, ela freqüentemente leva uma suposição não

justificada de equilíbrio que talvez o historiador deva questionar, ao invés de afirmar: é possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes, seja como marido e mulher, pai e filho, empresário e empregado. [...] Ao invés de pressupor a existência do equilíbrio, seria melhor se os historiadores explorassem alguns de seus determinantes e distinguissem interesses que eram conflitantes daqueles que, de alguma forma, foram compartilhados.³⁷

Fazendo um balanço das três experiências tratadas neste trabalho, poderíamos apontar que Gentil se projeta como alguém ainda atuante no presente, tanto na Igreja Católica – onde ainda desempenha funções como leigo – como na associação comercial, enquanto Cida e Amarantino constroem narrativas de quem trabalhou pelo bairro no passado, mas que, no presente, não realiza grandes ações comunitárias, sendo essa atuação uma experiência mais ligada a um tempo anterior, já findo. Por outro lado, enquanto Cida apresenta uma visão mais crítica sobre a cidade, Amarantino e Gentil são mais entusiastas com os projetos do poder público.

De maneira geral, percebemos que as experiências deles nas lutas por melhorias na infraestrutura urbana dos bairros foi algo mais pontual e não resultou em um movimento mais amplo de luta contra a exclusão social. Isso porque as perspectivas desses trabalhadores, mesmo na década de 1980, eram de melhorar as próprias condições de vida e, se possível, ascender socialmente. Os movimentos de que participaram não caminharam para propostas de ruptura com a ordem vigente, mas atuaram dentro do terreno hegemônico, a fim de obter a satisfação de demandas que lhes eram urgentes.

De certa forma, ao constatarmos tal quadro, ficamos decepcionados, pois esperávamos encontrar, em Toledo, movimentos semelhantes àqueles estudados por Eder Sader em São Paulo, da década de 1970, os quais possuíam um projeto de transformação social que, embora derrotado, fez-se presente

³⁷ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 89/fev. 90. p. 228.

na cena política brasileira no período.³⁸ Apesar disso, é preciso reconhecer os movimentos empreendidos pelos moradores de Toledo como lutas efetivas por *cidadania* e por conquista de espaço na cidade, as quais são também legítimas, pois responderam às demandas desses sujeitos históricos, merecendo que as tratemos como movimentos sociais. Nesse caso, serve o alerta de Thompson, de que o historiador não deve apontar como os processos históricos deveriam ter sido desenvolvidos, mas que valorize a experiência social dos sujeitos que efetivamente produziram a história.³⁹

Ocorreu com esses movimentos uma incorporação aos processos hegemônicos⁴⁰ locais, em curso ao longo das décadas de 1980 e 1990, resultantes da experiência de participação dos trabalhadores nas políticas públicas municipais. Como resultado, diversas reivindicações e expectativas desses moradores foram atendidas – razão pela qual eles se reconhecem nessa trama –, embora não se tenha colocado em questão a ordem vigente, tampouco se tenha gestado um projeto explícito de transformação social que preconizasse o fim da desigualdade e da exclusão social.

Porém, embora diversos moradores se vejam nos processos hegemônicos em curso no local – materializados nos projetos do Estado e dos grupos dominantes –, isso não significa uma ausência de crítica por parte de todos eles, como bem pudemos observar na narrativa de Cida. Podemos afirmar que a incorporação desses trabalhadores era também uma expectativa deles, que deixaram o campo em busca de garantir sua sobrevivência e de uma vida melhor. As queixas das pessoas com quem dialogamos,

³⁸ SADER, 1988, p. 314.

³⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 12-13.

⁴⁰ De acordo com Raymond Williams, os processos hegemônicos visam instituir e manter os domínios de certos grupos sobre o conjunto da sociedade, por meio de ações que não a violência física direta. Para tanto, precisam incorporar as novas tendências que emergem da sociedade sob pena de a hegemonia ser minada. In: WILLIAMS, 1979, p. 115-129.

inclusive, não se referem à incorporação dos movimentos às políticas municipais, mas à desmobilização das diretorias e demais moradores de bairros em períodos mais recentes.

Como desdobramento dessa experiência, por um lado, muitos moradores dos bairros de Toledo perceberam melhorias materiais em suas vidas, muito embora aqueles locais permaneçam sendo áreas periféricas da cidade – entendidos, muitas vezes, como violentos e distantes do centro –, onde a maioria absoluta dos habitantes permanece como trabalhadores braçais, atuante nas indústrias e no comércio local, os quais se submetem a uma baixa remuneração. Trata-se, portanto, de um processo permeado pela contradição e pela ambiguidade, que aponta para as formas diversas com que as lutas por direitos desenvolveram-se em Toledo, bem como as conquistas e os limites com que se depararam os trabalhadores locais, principalmente em seus sonhos de ascensão social.

Por fim, podemos responder à questão que intitula este trabalho, a qual nos instiga a refletir sobre os significados que as experiências de mobilização e luta por direitos dos trabalhadores que viviam nos bairros de Toledo durante a década de 1980 assumem no presente. Tais mobilizações não são recordadas como meros resíduos vãos de um tempo findo, que sobrevive nas memórias dos narradores apenas como nostalgia ou romantização. Os narradores defendem esse modelo de organização, pois entendem que ele trouxe diversos benefícios para a população e que deveria ser mantido no presente. Colocam-se também como sujeitos de tais processos, como quem conquistou direitos e cidadania graças à organização comunitária e à perseverança, não entendendo as melhorias urbanas construídas em seus bairros como dádivas generosamente concedidas por certos políticos.

Essas pessoas não se veem, portanto, como derrotadas, mas como vitoriosas, como quem conseguiu conquistar um espaço minimamente digno na cidade, o que nos coloca diante da necessidade, nesse caso, de repensar a dicotomia *derrotados* x *vencedores* e observar melhor a complexidade e o caráter contraditório desse processo. Paralelamente, os narradores

com quem dialogamos não requerem o protagonismo na política institucional local, mas reivindicam o direito de participar das decisões – mesmo no presente – que afetam seu cotidiano, defendendo um modelo em que os projetos hegemônicos da cidade não sejam elaborados de forma alheia ao diálogo com os moradores locais. Assim, a sua maneira, também redefiniram o lugar da política na sociedade local e conseguiram impor sua presença como cidadãos socialmente ativos, diferindo, porém, de outros movimentos quanto ao projeto social que defendiam e aos meios que utilizaram para alcançar seus objetivos.